

A RECENTE PRODUÇÃO SOCIAL DO BAIRRO CIDADE NOVA EM ITAJAÍ, SANTA CATARINA - BRASIL.

Francisco Antônio dos Anjos
Rafael Bazzan Barros
Centro de Educação de Balneário Camboriú
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Balneário Camboriú - SC - BRASIL
e-mail: rafaelpesquisa@terra.com.br
fsanjos@terra.com.br

RESUMO

Os processos de urbanização de cidades médias, como o caso de Itajaí em Santa Catarina, vêm se apresentando como um instigante tema de pesquisa. Com um crescimento populacional muito acelerado ao longo das últimas décadas, o crescimento urbano do referido município ocorreu, na maioria das vezes, desordenadamente. As periferias, em especial, apresentam-se de forma muito significativa neste espaço, onde se selecionou o bairro Cidade Nova, localizado na porção Oeste da área urbana do município de Itajaí como objeto de pesquisa. Nesta área encontram-se fortes intervenções do poder público, bem como atuações dos mais diversos agentes privados que também agem direta ou indiretamente na produção do solo urbano. A partir de teorias sócio-espaciais de interpretação da realidade, objetiva-se analisar as atuações dos agentes públicos e privados, que vem atuando no local nas últimas décadas. O solo urbano do local, produzido inicialmente por agentes exógenos, pode ser pensado na atualidade, como um espaço onde grupos sociais não nivelados pela pobreza e pela infraestrutura urbana que os atende, embora a baixa renda possa ser fundamentalmente indicadora da formação inicial desta área periférica, são agentes mais atuantes no local nestes últimos anos. Como espaço socialmente elaborado, possui nítidas características de segregação social em relação ao centro urbano. Assinala-se, no entanto, a existência no local de atividades esparsas, e também, um modesto setor de produção.

Palavras-chave: Produção Social do Espaço. Estado e Urbano. Periferia Urbana.

INTRODUÇÃO

O processo de periferização de cidades no Brasil se intensificou com a aceleração do processo de urbanização ocorrido a partir da segunda metade do século XX. A industrialização, a urbanização e o modelo capitalista monopolista brasileiro proporcionaram um processo cada vez mais intenso de periferização. Na medida em que as grandes cidades se desenvolvem, na mesma proporção crescem as suas áreas periféricas. As metrópoles brasileiras são exemplos claros deste processo.

A partir da década de setenta, especialmente com a intensificação da industrialização das cidades médias por todo o Brasil, a dinâmica de periferização começam a ocorrer também nestas cidades. Nesta mesma década, o incentivo governamental para a construção de conjuntos habitacionais visando reduzir a população favelizada, torna-se uma prática, ganhando reforço financeiro institucional do Banco Nacional de Habitação - BNH. Os recursos obtidos através dos órgãos de fomento dirigiam-se prioritariamente para as grandes cidades, mas as cidades médias começaram gradativamente a obter parte destes recursos.

Em Santa Catarina, a Companhia de Habitação - COHAB-SC promoveu a criação de diversos conjuntos habitacionais nas cidades catarinenses com maior contingente populacional, e dentre elas Florianópolis, Blumenau, Joinville e Itajaí. Este último citado, como município pólo da microrregião da Foz do rio Itajaí-Açu, vem apresentando altos índices de crescimento populacional (um dos mais altos do Estado), da ordem de 2,3% ao ano, ligado diretamente à atração de pessoas provenientes de áreas agrícolas decadentes do interior catarinense, e também do processo migratório entre cidades da região, tornando-se uma das áreas de mais alta densidade demográfica de Santa Catarina. Itajaí apresentava, em 2000, uma densidade demográfica de 496 hab/km², quase o dobro da densidade microrregional (254 hab/km²). A indústria, o comércio e os serviços são suas principais atividades econômicas, normalmente ligadas ao turismo ou ao Porto.

O PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO DE CIDADES

Para a análise desta porção menos privilegiada do espaço urbano é preciso compreender os problemas da cidade, enfatizando os conflitos sociais e econômicos. Para entender os problemas presentes nas áreas segregadas, como ressalta Harvey (1980), é preciso compreender a democratização do direito à cidade, um direito hoje restrito a uma minoria.

Santos (1979), quando trata da localização das periferias, não as apresenta apenas como áreas distantes do centro urbano, pois não podemos levar em conta somente a distância linear, mas também a questão da acessibilidade, como a distância das áreas comerciais e do trabalho. Com a expansão dos meios de circulação, de consumo e de produção, a variável distância linear ganha outro significado, menos determinante, enquanto o acesso às áreas de produção e consumo torna-se variável determinante.

Normalmente, as periferias urbanas oferecem terras a baixo custo, atraindo grande leva da população de baixa renda. A situação de proximidade aos locais de trabalho, reduzindo o custo com transportes, torna-se um forte foco de atração. No contexto capital/trabalho, a concentração periférica de contingentes pobres assegura a manutenção da produção e reprodução da força de trabalho.

Considera-se que o estudo das periferias urbanas, pela sua complexidade, passa pela compreensão da dinâmica relacional entre áreas periféricas e áreas centrais. Para isto, deve-se levar em conta não apenas a localização, mas também a forma e o significado espacial.

Quanto à forma e ao significado, os espaços periféricos, segundo Duhram (1986), apresentam com certa nitidez, desde sua formação inicial, um quadro de segregação social em relação ao centro urbano. O espaço periférico revela outras características como a vegetação parcialmente retirada, o calçamento e a iluminação pública em estados precários, a inexistência de redes de água e esgoto, as casas, em fases diferenciadas de construção e, sua maioria, não possui

documentação legal . Também, o baixo poder aquisitivo dos habitantes da periferia em formação pode expressar uma relativa uniformidade econômica.

Apesar disso, as periferias urbanas constituem um processo mutável. As formas com o tempo evoluem com uma série de reformas e melhorias por determinação do poder público, do capital imobiliário e dos próprios agentes sociais excluídos. Esse processo, no entanto, não apresenta uma evolução homogênea, possuindo diferenciações.

SANTOS (1979) defende que há dinamicidade das áreas pobres da cidade tal qual o centro urbano. O setor marginal adaptado às condições existentes pode contar com a mobilidade de uma mão-de-obra barata, como também, é favorecido pela mínima exigência estrutural da pequena produção desenvolvida na periferia.

A existência de um grande contingente populacional vivendo de atividades ocasionais, ao lado de um contingente menor e central, com rendas mais elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem e os que não podem ter acesso a bens e serviços oferecidos pela modernização tecnológica. Por essa razão, Harvey (1980) enfatiza ser importante estudar a periferia e o centro urbano de uma maneira relacional, como formas de um mesmo processo espacial.

Evidencia-se, neste caso, uma contradição marcada pela união de um segmento da população como força de trabalho e sua separação de outros segmentos sociais, pela falta de acesso à melhor distribuição de renda, aos bens de consumo e aos serviços.

Enquanto na mera observação, pode-se concluir que a instalação de periferias pode ser entendida como expansão e progresso das médias e grandes cidades, o processo, de um modo geral, passa a expressar principalmente o aprofundamento da divisão de classes, ainda pouco evidente no momento da urbanização pouco acelerada.

Diante disso, é fundamental reconhecer, como afirma SANTOS (1996), que a formação e a expansão das periferias imprimem ao espaço urbano um movimento contraditório, que une e ao mesmo tempo separa os homens, expressando, em sua diversidade, as complexas elaborações que se processam no espaço geográfico.

Nestes movimentos da cidade, determinados agentes configuram-se como elementos importantes na dinâmica da produção da cidade. O Estado, produto da sociedade, tem seu entendimento ligado a compreensão dos conflitos sociais. No urbano, o Estado atua das mais diferentes formas, sendo que no espaço e no tempo, variam conforme a organização da sociedade. O Estado apresenta-se como um agente produtor do espaço, atua nas modificações espaciais como um poder da transformação do mesmo, que se modifica conforme o grau de interesse. A sua atuação acontece de várias maneiras, sendo por vezes decisivo na organização espacial da sociedade.

Concebendo que a estrutura social materializa-se na estrutura espacial, o entendimento da estrutura social se faz indispensável na apreensão de um espaço. A ação do Estado, em vista da

complexidade e dos diversos papéis que ele vai tomando direta ou indiretamente, na configuração do espaço, não é de fácil apreensão. A relação entre o urbano e o Estado é intensa, pois é no urbano que os aparelhos do Estado concentram-se, e é a partir dele que o poder do Estado materializa-se. É o urbano, que dá o *status* ao poder emanado pelo Estado. Todavia, é o urbano, que poderá ser palco dos grandes questionamentos em relação ao poder de atuação desse agente, pois o Estado não é um poder que se impõe à sociedade, pois é antes um produto desta mesma sociedade.

Mantendo uma relação forte com a sociedade, muitos são os entendimentos sobre o Estado que normalmente perpassam análises a respeito de sua atuação no espaço. Em algumas análises o Estado é tido como grande mediador dos conflitos sociais. Outras se direcionam para uma postura de neutralidade e superioridade do Estado em relação à sociedade, concebido como uma forma de poder externa à sociedade. No entanto, entendemos que no sistema capitalista, de nenhuma forma, o Estado impõe-se à sociedade, mas é antes de tudo, um produto dela. A natureza social dessa instituição determina a sua forma de atuação. Assim, a produção social do espaço ocorre em uma relação de poder. As relações de poder são essencialmente conflituosas. Com isso, a compreensão da atuação do Estado no urbano passa pelo entendimento dos conflitos sociais.

No Brasil, normalmente, o Estado não atua apenas como regulador ou mediador da territorialização dos agentes sociais, mas assume um papel de produtor do espaço. A adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios, associados a uma prática político-econômica centralizadora, refletem na elitização crescente de determinados espaços urbanos e na conseqüente expulsão e periferização das classes de baixa renda. (ABREU, 1981).

A urbanização excludente brasileira teve no Estado, quer seja Governo Federal, Estadual ou Municipal, um importante aliado na manutenção do paradigma desenvolvimentista: a qualidade de vida vem como conseqüência do crescimento econômico geral.

Nesta perspectiva, o Estado adquire vários papéis em sua atuação no urbano, que no tempo e no espaço vão sendo alterados e aperfeiçoados. A ação do Estado no urbano não é facilmente entendida na sua essência, em função da complexidade dos papéis que desempenha e das diversas formas de intervenções, tanto nas suas ações diretas, quanto indiretas. O papel do Estado na sociedade ocorre de várias maneiras.

"É através da implantação de serviços públicos, como sistemas viários, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais coerente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras, as normas de zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano" CORRÊA (1989, p. 24).

Por conseguinte, a atuação do Estado na sociedade Capitalista tem tendência de privilegiar os segmentos dominantes da sociedade, proporcionando a criação de espaços selecionados para grupos ou classes sociais. Enfim, tal qual o espaço retrata a cada momento histórico a organização social, a dinâmica das relações de poder vai tornar a ação do Estado tão dinâmico quanto à sociedade em que ele está inserido. Assim, dependendo das conjunturas sociais, a atuação do Estado foi bastante distinta no transcurso da história.

A produção do espaço não ocorre tão somente pela ação do Estado, tendo por base o nosso sistema sócio-econômico. No capitalismo, a ação do setor privado na economia, na sociedade e na cultura é significativa. Como conseqüência, no espaço urbano também ocorre a atuação desses agentes, ora isolados ora aliados ao estado.

É importante ressaltar que a intervenção do setor público, mas, principalmente, do setor privado, pode revalorizar estas áreas, dando-lhes uma nova função, por vezes ligada ao caráter sócio-cultural, como são os casos do Centro Velho do Bairro do Recife, em Recife, Pernambuco, ou da Rua XV de Novembro, em Blumenau, Santa Catarina, este, em uma parceria entre o estado e os agentes privados, só para citar dois exemplos.

Especialmente no que se refere ao espaço urbano, os agentes privados vão buscar o chamado capital imobiliário, que segundo Singer (1982) apresenta-se como um falso capital. No entanto, esse falso capital gera renda. Essa renda que é denominada “renda fundiária”, é fato determinante na produção de espaço através de loteamentos nos setores urbanos. O parcelamento do solo ocorre, não apenas para uma parcela mais favorecida da sociedade, mas, por vezes, aliada à intervenção do Estado, produzem espaços para classes menos favorecidas.

O Capital ao criar suas estratégias de atuação vai produzir o espaço de acordo com sua lógica de acumulação. Esta lógica é constituída a partir da propriedade privada dos meios de produção. Estes meios, através do trabalho humano, reproduzem o seu valor, surgindo em última instância sob forma de lucro absorvido pelos donos dos meios de produção.

Observa-se o fato de que a renda da terra extrai parte do lucro produzido em última instância, dificultando a acumulação do capital. Sendo o solo urbano *“um bem não-produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço”* (RIBEIRO, 1992, p. 32), é este preço que se valoriza, e não o capital que é valorizado.

Com isso, a alteração no preço final do solo não é proveniente diretamente das benfeitorias que existem sobre o solo, mas principalmente, do processo especulativo do solo urbano e a determinação deste preço final. A conseqüente determinação da renda obtida em uma transação imobiliária advém do processo de especulação. Campos Filho (1989, p. 48) define a especulação imobiliária:

“... como todo ganho de um empreendedor que não é obtido por investimento próprio” constituindo-se “uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida aos outros setores produtivos, especialmente através de investimento públicos na infra-estrutura e serviços urbanos. É uso do domínio como reserva de valor.”

Os mercados de terras caracterizam-se como essencialmente especulativos, sendo a especulação vista como ação que valoriza um terreno. Como um mercado altamente lucrativo, os investimentos na terra constituem o caminho seguro para a preservação do capital acumulado e à conseqüente ampliação do capital-dinheiro através da apropriação da renda fundiária (OLIVEIRA, 1982). Chega-se à essência da especulação imobiliária: processo de apropriação da renda da terra.

Buscando a origem do valor do solo, verificamos que está condicionado à renda que ele mesmo possa proporcionar. Um espaço base para a produção agrícola utiliza normalmente grandes áreas e produz uma renda fundiária normalmente baixa (se comparado ao urbano). Já o solo urbano, em pequenas áreas, produz uma alta renda da terra. Surge o interesse de proprietários de imóveis rurais próximos à cidade em torná-los urbanos, ampliando o tecido urbano do município.

Neste sentido, a produção do espaço urbano, concebida como a incorporação de glebas rurais ao tecido urbano vai movimentar o mercado fundiário. O solo, recém incorporado ao tecido urbano como mercadoria, tem um custo produção equivalente ao que se deixou de produzir na sua utilização agrícola. Em áreas cujo uso agrícola é limitado à atividade de subsistência, e o custo deste produto é baixo, gerando uma alta taxa de lucro.

Além disso, o parcelamento do solo ocasiona uma produção espacial desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente, privilegiando determinadas classes e marginalizando outras. Carlos (1994, p. 82) enfatiza a produção e reprodução desigual do espaço, afirmando que:

“ ... fica evidente, na paisagem, na diferenciação dos bairros, nos gestos, nos olhos, no silêncio, na expressão e nos traços do rosto das pessoas a contradição entre a produção coletiva do espaço e sua apropriação privada, fundada na contradição capital - trabalho. Uma (re) produção que se dá em função dos interesses, necessidades e objetivos de uma parcela da sociedade que personifica o Capital e não a sociedade como um todo.”

A dinâmica do parcelamento do solo conduz à reestruturação das áreas já ocupadas, movimentando atividades e habitantes, bem como a incorporação de novas áreas que interessam à expansão do espaço urbano.

Com isto, criam-se espaços distintos dentro da mesma cidade. De um lado, estão os privilegiados que residem em áreas centrais dotadas de infra-estrutura, caracterizando uma população influente, na sua maioria detentores dos meios de produção. Do outro, está um grupo dispendo apenas e tão somente da força de trabalho que possui (e quando ainda possui), vivendo em áreas onde a infra-estrutura é muito precária ou quase inexistente, sem dispor dos bens coletivos da cidade. O cotidiano das áreas menos nobres da cidade difere em muito das mais favorecidas, pois *“sua cor é diferente das áreas ricas, estas são verdes, não há crianças*

descalças jogando bola nas ruas, as casas não são pequenas, mas exíguas até, nem estão amontoadas umas sobre as outras” (Carlos, p. 1994, 53).

Neste sentido, percebe-se que a produção social do espaço urbano na sociedade capitalista não ocorre da mesma forma em cada lugar, mas permanecem as mesmas dinâmicas, as mesmas lógicas e, por conseguinte, as mesmas conseqüências: um espaço fragmentado que reflete as contradições da sociedade capitalista e a intensamente articulado com os vários lugares do mundo. Desta forma, estudar, significa compreender as relações lugar/mundo por excelência.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERIFERIA DE ITAJAÍ – SC.

No livro “Florianópolis: polêmica urbana”, Lago (1996), aborda com maior profundidade a questão da urbanização de Florianópolis, fazendo também importante análise do crescimento urbano de outras cidades catarinenses. O referido autor defende a concepção de que “*o crescimento das cidades implica transformações além de valores meramente absolutos quanto ao número de habitantes residentes*” (1996, p. 10), indicando que as transferências de pessoas oriundas de áreas rurais constituem-se um dos principais fatores do crescimento urbano catarinense, sendo observado de forma mais nítida nas cidades de porte médio. As causas desta transferência populacional residem em fatos ligados à liberação de mão-de-obra do campo, causada pela melhoria de produtividade e transferência de tecnologia, ou ainda ligados à fragilidade dos modos de produção dos minifúndios catarinenses.

Assim, cidades de porte médio constituem focos de atração destes contingentes, tanto pelos serviços oferecidos à população, como também, pelas possibilidades ocupacionais que as mesmas possam proporcionar. No entanto, além da migração campo-cidade, observa-se, nas últimas décadas, o movimento populacional cidade-cidade. Neste sentido Lago (1996, p. 11) afirma que,

“O crescimento urbano de Blumenau, Joinville, Florianópolis e outras cidades catarinenses obedece a transferências espontâneas, de origens certamente próximas, mas também de origens específicas”.

Esse crescimento urbano, assinalado por Lago (1996), proporciona condições que acentuam desigualdades sociais, gerando processos de periferização das cidades médias catarinenses. As periferias vêm servindo como área de fixação de pessoas desprovidas de melhores condições de vida.

A produção do espaço na Periferia de Itajaí segue esta lógica onde a organização do espaço passa por atuações não apenas do Estado, mas intensamente pelo interesse dos agentes privados de reproduzir o capital na forma de capital imobiliário.

A expansão da malha urbana central de Itajaí, após a década de setenta, transformou rapidamente as áreas próximas ao centro. Estas áreas centrais sofreram profundas mudanças, pois a classe média decadente, moradora das áreas centrais e bairros nobres da cidade, vem empobrecendo e perdendo as condições de habitar, em virtude dos altos custos dos aluguéis e impostos, que não conseguem ser mantidos por esses grupos. Pauperizada, essa classe é substituída por uma nova classe emergente, tendo, então, que se mudar para onde o salário cubra os custos da moradia e permita um excedente para as demais atividades.

Nesta mesma lógica surgiram em Itajaí os bairros de São Vicente e Cordeiros. As classes ainda menos favorecidas vão na busca de bairros mais afastados da cidade, constrói suas casas em lotes mais distantes, ocupam conjuntos habitacionais e lutam contra as dificuldades de morar longe do trabalho e do consumo. Em suma, a proletarização da classe média pressiona a classe mais pobre a desbravar novas periferias. (MOURA & ULTRAMARI, 1988).

Os bairros de São Vicente e Cordeiros não se constituem no entorno do centro de Itajaí, sendo assim, não se aproveitam das infra-estruturas coletivas criadas pelo poder público, e nem mantêm um *status* de região central. Nestes bairros, rapidamente, começam a formar infra-estruturas urbanas independentes, como escolas, bancos, praças, arruamentos, que seguem lógicas próprias, onde desenvolvem uma estrutura social, urbana, econômica e política independente. Contudo, salientamos que a independência das áreas periféricas é dialeticamente completada pela ligação que as mesmas tinham com o centro urbano. Existe uma ligação horizontal, não de submissão (hierarquizada), mas de complementaridade.

Até a década de setenta a economia de Itajaí girava em torno das atividades da madeira e do terminal portuário. Com a crise dos setores citados, o poder público intervém fortemente na reestruturação econômica de Itajaí. Nesta fase, a atuação do Estado foi decisiva para a nova dinâmica econômica do município. Para isto, o poder municipal executa algumas decisões estratégicas. A primeira diz respeito a uma reforma industrial. Nesta fase de reestruturação econômica, o setor público, buscando a dinamização da economia, implanta distritos industriais, visando ocupar a mão-de-obra ociosa e diversificar o parque industrial de Itajaí. Neste sentido, ocupou o grande contingente de mão-de-obra que estava ligado à intensa migração, que ocorreu devido ao crescimento da atividade madeireira no período anterior. Um número expressivo de famílias do Planalto e do Oeste Catarinense dirige-se para o município, instalando-se nas imediações dos estabelecimentos madeireiros. Com a desativação desse setor e sem condições financeiras de manter-se nesses locais, uma boa parte dos trabalhadores da indústria madeireira começa a deslocar-se para terrenos menos valorizados na periferia urbana de Itajaí.

Naquele momento, os terrenos de menor valor imobiliário concentravam-se nas áreas de encosta à Sudoeste da cidade e à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim. A idéia do poder municipal era ocupar a mão-de-obra ociosa, criada pela crise econômica do município e, ao mesmo, tempo proporcionar um processo de industrialização mais diversificado. Além dos

incentivos voltados à instalação de indústrias no município como isenção de impostos, criaram-se duas áreas exclusivamente industriais dentro do perímetro urbano.

A primeira, chamada de I Distrito Industrial, é estabelecida no bairro Barra do Rio, na área onde foi desativado o aeroporto municipal. A segunda área, denominada de II Distrito Industrial, vai ocupar uma área ociosa na margem direita do Itajaí - Mirim, onde é construída uma avenida que servirá como acesso à BR 101 e ao porto de Itajaí. O II Distrito Industrial vai ocupar uma área pouco povoada do município, tornando-a, pela infra-estrutura que trouxe, um ponto de atração populacional. Não foram as poucas indústrias que se instalaram que se tornou atração para a concentração populacional, mas sim as condições de infra-estrutura que o poder municipal estabeleceu no local.

A segunda ação do poder municipal foi no setor viário. Itajaí, até o início da década de 1970, possuía uma única ligação pavimentada com a BR 101, através da rua Blumenau. Esta via já apresentava sinais de esgotamento da sua capacidade na década de setenta, pois cortava grande parte dos novos bairros de Itajaí, além de servir de corredor de importação/exportação.

No início da década de setenta é traçada uma via de acesso ligando o Porto de Itajaí, como prolongamento da rua Silva, à BR 101. Esse local encontrava-se pouco ocupado e ainda recoberto de vegetação. Com a abertura dessa nova via urbana (denominada de avenida Adolfo Konder), apesar das condições desfavoráveis, destinou-se esse espaço para a implantação de um bairro popular. Esse projeto favoreceu, principalmente, à especulação imobiliária com a rápida valorização dos terrenos.

A implantação da avenida Adolfo Konder tornou-se um marco para a expansão da malha urbana de Itajaí. É com esta avenida que se efetiva a ocupação da margem esquerda do Itajaí-Mirim. A localização desta avenida divide a área em duas partes. Na margem direita da avenida que já vinha sendo ocupada anteriormente, efetiva sua urbanização, tornando-se o maior bairro de Itajaí: São Vicente. A margem esquerda caracterizava-se como uma área ocupada por pastagens, pequena produção agrícola, e ainda uma extensa reserva de vegetação. No entanto, assinalava-se já naquele momento, o interesse imobiliário pela área, formando o Bairro, hoje denominado, Cidade Nova.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NO BAIRRO CIDADE NOVA

O Bairro Cidade Nova, produzido inicialmente por agentes exógenos, pode ser pensado, na atualidade, como núcleo produzido por grupos sociais não nivelados pela pobreza, embora a baixa renda possa ser, fundamentalmente indicadora da formação inicial desta área periférica. Como espaço socialmente elaborado, possui nítidas características de segregação social em relação ao centro urbano, mesmo se assinalando, na referida área, a existência de atividades comerciais esparsas, e também, um modesto setor de produção.

O início da ocupação da área acontece em 1976, quando a Prefeitura doa à COHAB, terreno para a construção de um conjunto habitacional para pessoas de baixo poder aquisitivo. O Poder Público determina, assim, a formação de uma periferia de baixa renda à margem esquerda da avenida Adolfo Konder.

O projeto citado, conhecido como Promorar I, destinava-se à desocupação da Favela Matadouro, localizada nas proximidades do centro urbano de Itajaí, ocupando uma área de encosta.

O projeto de construção do conjunto habitacional não incluía apenas as moradias, mas, arruamento, esgoto e demais infra-estruturas básicas. As moradias foram construídas, mas somente anos depois, em outras administrações municipais, foram proporcionadas as infra-estruturas projetadas. Durante os primeiros anos, o local não possuía escola, creche posto de saúde ou qualquer equipamento institucional, utilizando a estrutura existente no vizinho bairro São Vicente. Isso, somado a distância da área central, dificultou a incentivo à ocupação da área.

No final da década de setenta, todo o atual bairro Cidade Nova, estava loteado, favorecido pela legislação vigente que não exigia condições de infra-estrutura. Neste período, poucas empresas interessavam-se pelo no II Distrito Industrial, que apesar do baixo valor do solo, as condições geomorfológicas dificultavam economicamente qualquer instalação industrial.

Na década de oitenta é implantado o Promorar II, em uma área do loteamento Dona Mariquinha. Este loteamento já vinha sendo ocupado, quando a sua parte sul foi vendida à Prefeitura Municipal para a construção deste novo conjunto habitacional. Este conjunto foi invadido pelos primeiros moradores, em sua fase final de implantação, tendo o poder público regularizado esta situação, financiando as moradias para os invasores. Para facilitar o acesso, foi construída uma ponte sobre o Itajaí-Mirim ligando este conjunto habitacional, através da rua central do loteamento (avenida Ministro Luiz Galotti) com a rua José Gall (prolongamento da rua Brusque que faz a ligação com a Br 101). A nova ligação com o centro da cidade e com a Br 101 proporciona novas condições de ocupação da área.

Ainda na década de oitenta são implantadas algumas obras de saneamento, como fossas sépticas e drenagem das ruas principais. Instalam-se, também, alguns equipamentos sociais urbanos, como escola, creche e posto de saúde, estes no Promorar I. A área que se encontrava entre o Promorar I e a avenida Adolfo Konder, aparecia em meados da década de oitenta bastante ocupada, favorecidas por obras realizadas no citado conjunto habitacional. A valorização dos terrenos, ocasionada pela acessibilidade de ocupação proporciona o desenvolvimento dos loteamentos Parque Cidade Nova e Jardim Danielle.

Ao lado desses loteamentos, observa-se a ocorrência de invasões de famílias de baixa renda em áreas públicas, assinalando-se o aparecimento de assentamentos subnormais. A ocupação da área é reduzida com as enchentes de 1983 e 1984. O transbordamento do Itajaí-Mirim faz com que grande parte das obras realizadas seja destruída. Nesta fase, ocorre o abandono de casas

por diversas famílias, que em parte retornam a Favela Matadouro. O Poder Público além de reconstruir a infra-estrutura urbana que foi destruída, também auxiliou na reconstrução das casas. No período imediatamente posterior as enchentes, o crescimento da área ficou comprometido. A motivação pela conquista da casa própria é finda pela possibilidade de perder todos os bens de uma só vez em uma enchente.

Com o objetivo de dar um novo impulso para as instalações industriais, que também foram afetadas pelas enchentes, a área reservada ao II Distrito Industrial é ampliada de cem para duzentos metros em cada lado da avenida Adolfo Konder.

Em 1990, é lançado o terceiro e último programa de moradias populares desta série. Com estas ações, o poder público local, em conjunto com o estadual, dentro do plano de ação nacional de habitação, muda decisivamente a forma de crescimento urbano da Periferia Oeste de Itajaí. O Bairro Cidade Nova que, até então, tinha dois núcleos de ocupação, em torno de cada um dos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público, ganham maior integração com a instalação do terceiro conjunto entre os dois primeiros. Além disso, impulsiona a ocupação dos vários loteamentos já existentes no local e a criação pela iniciativa privada, de outros loteamentos que incrementam ainda mais a dinâmica desta área.

Além da criação do PROMORAR III, a Prefeitura Municipal com recursos do Banco Mundial através do PROURB, financiou a dotação de infra-estrutura como a pavimentação e drenagem pluvial de várias ruas do local.

A partir da segunda metade da década de noventa, com a ocupação do bairro já consolidado, começam a surgir novas formas de ocupação da área. Com a recessão econômica dos últimos anos, ocasionando aumento das taxas de desemprego, aliada ao fato de Itajaí continuar mantendo-se como foco de atração populacional de outras cidades, novas áreas são invadidas, iniciando um processo de implantação de habitações subnormais, em pontos distintos no bairro.

A população destas áreas é formada basicamente por pessoas que, em busca de sobrevivência, deixam seus locais de origem com o sonho conseguirem emprego em uma nova cidade. Em confronto com a realidade, acabam trabalhando no mercado informal e muitas vezes como catadores de lixo. Sem opção, a alternativa que lhes resta para a moradia é invadir áreas vazias, construindo suas habitações, em precárias condições de higiene e na maioria das vezes, fazendo ligações clandestinas para conseguirem água e luz.

Desta forma, observa-se que o problema da exclusão e da segregação social começa a ser percebido não apenas na relação centro/periferia, mas também de forma muito evidente entre as áreas da própria periferia. Contribuindo para aumentar a complexidade do local, são implantados nos últimos cinco anos dois conjuntos habitacionais, fomentados pelo estado. O condomínio Bem Morar, formado por blocos de apartamentos, construídos e administrados pelo poder público municipal. Também destinado à população de baixa renda, foi edificado em um local distante da área urbanizada do bairro, formando um enclave, sem relação alguma com a estrutura urbana do

bairro. Nesta mesma lógica de implantação, surge um condomínio horizontal, formado por casas geminadas, sendo financiado pela Caixa Econômica Federal, mas construído por agentes privados. Neste caso, a exclusão é ainda mais evidente, por tratar-se de um condomínio fechado, totalmente murado e que não mantém relação alguma com o bairro. O fator que determinou sua localização foi apenas o baixo valor da terra.

Por outro lado, o poder público vem investindo em infra-estrutura urbana, que tem recebido consideráveis melhorias nos últimos anos. As principais ações foram à implementação de escolas, creches e um centro de formação profissional; ampliação da pavimentação das ruas; melhoria do sistema de drenagem pluvial, que vem minimizando os estragos causados por cheias do rio Itajaí-Mirim.

De forma geral, a melhoria da infra-estrutura vem contribuindo na diversificação do comércio local, que nos últimos anos se consolidou em dois eixos comerciais bem marcados, mesmo que ainda possa ser caracterizado por atividades esparsas.

Para os próximos anos, visando regulamentar a situação dos moradores de áreas invadidas, e ainda promover a integração destes com a sociedade, por meio de ações sociais, o poder público municipal, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), desenvolve projeto para implantar em vinte e oito áreas pré-determinadas, o programa HABITAR BRASIL. Destas áreas, três encontram-se no bairro Cidade Nova, e configuram-se como as invasões encontradas no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As periferias de cidades catarinenses de porte médio configuram-se como cenários instigantes para o campo das ciências sociais, pois além de se apresentarem como problemas de nosso cotidiano, proporcionam configurações urbanas muito diversas e são fatos recentes da urbanização catarinense.

O crescimento acelerado destas cidades apresenta, pelo menos, um grande fator comum: a formação de periferias de baixa renda. No município de Itajaí, observamos claramente este processo, que aconteceu com maior intensidade a partir da década de setenta. Selecionamos a porção Oeste como objeto de estudo por configurar-se como uma área que apresenta intervenções por parte do Estado, como também ações dos proprietários fundiários, companhias imobiliárias e indústrias. Este espaço específico representa uma síntese dos fenômenos que acontecem nas periferias urbanas de Itajaí.

Em resumo, o espaço do Bairro Cidade Nova é resultado de três surtos ocupacionais. O primeiro até as enchentes do início da década de oitenta, o segundo no início da década de noventa, com o PROURB e o PROMORAR III, e o terceiro, no final da década de noventa e início

do século XXI, onde novamente a atuação do poder público é decisiva para a ocupação e a valorização da área.

Entende-se que a produção do espaço urbano é uma construção social que, no espaço e no tempo, sofre transformações de acordo com as relações de poder. A dialeticidade das relações sócio-espaciais produz espaços diferenciados, constituindo-se em lugares que refletem e condicionam a lógica da totalidade. Essa totalidade - o mundo - , no mesmo tempo que interfere no lugar, sofre interferências deste mesmo lugar.

Desta forma, estudos como este, buscam colaborar no entendimento dos fenômenos urbanos das cidades catarinenses, visando não apenas entender, mas, a partir da interpretação da realidade, dar subsídios para que a sociedade relacione-se melhor com o seu espaço de vivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Contribuição ao Estudo do Papel do Estado na Evolução Urbana. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 43/4, p. 577-585, out/dez 1981.
- CAMPOS FILHO, Cândido. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n. 1, p.105-111, 1982.
- A (Re)Produção do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, jun. 1986.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HARVEY, David. A justiça Social e a Cidade. São Paulo; HUCITEC, 1980.
- LAGO, Paulo Fernando. Florianópolis: a polêmica urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996.
- LOW-BEER, Jacqueline Doris. Renda da Terra: algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. Espaço e Debates. São Paulo, n.8, p.31-41, Jan/abr. 1983.
- MOURA, Rosa & ULTRAMARI, Clóvis. O que é Periferia Urbana. São Paulo; Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Lógica da Especulação Imobiliária. In: MOREIRA, Rui. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis, Vozes, 1982
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Espaço urbano, mercado de terras e produção de habitantes. In: SILVA, L. A. M. (org.). Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 31-45.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido : os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia(org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. p. 21-36.